

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA

Elias Canuto Brandão¹

Resumo

O presente artigo versa sobre a Educação do Campo no Brasil e o desenvolvimento da consciência social e política dos que além da educação formal, discutem, vivenciam e problematizam a realidade sociopolítica e econômica do campo e da educação. O objetivo é contribuir com a compreensão da Educação do Campo, diferenciando-a social e politicamente da educação rural e urbana, resgatando seu surgimento a partir da vivência e prática pelos educadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas escolas itinerantes dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, desde 1984. Objetiva-se analisá-la em plena conjuntura em que a Educação do Campo e as políticas educacionais para o campo estão permeadas de embates diretos contra o Estado de direito e o agronegócio. Para a elaboração do artigo, utilizamos como método o levantamento e estudo de produções científicas por meio de artigos, livros, dissertações, teses, pareceres, decretos, portarias, diretrizes, resoluções e produções educacionais dos movimentos sociais do campo, a exemplo das ações e produções de educadores, o que resultou no “I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (I ENERA)”, em 1997 e, no “1.º Congresso Nacional Por uma Educação do Campo”, em 1998, em Luiziânia/GO. A pesquisa indicou que trabalhar a Educação do Campo implica adentrar territórios do saber e direitos humanos, para além do modelo educacional neoliberal ensinado no sistema educacional formal, desenvolvendo a consciência social, política e cultural dos que participam do processo político-educativo, sejam trabalhadores, educadores, educandos ou pesquisadores.

Palavras-chave: políticas educacionais; educação do campo; consciência.

A Educação do Campo é o desafio do século XXI no Brasil e a diferenciamos social e politicamente de educação rural e da educação convencional-formal urbana, explicitando sua contribuição com o desenvolvimento da consciência social e política do homem do campo, seja ele seringueiro, trabalhador nos faxinais, ilhéus, índios, pescadores ou quilombolas. A educação rural, pedagogicamente contrária à Educação do Campo, é extensão da educação praticada nas escolas urbanas, utilizando como método de ensino a reprodução de informações e “conhecimentos”, sem debater a realidade concreta do homem do campo.

¹ Doutor em Sociologia; Orientador PIBIC; Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR-Campus de Paranavaí-PR); Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação do Campo (GEPPPEC-UNESPAR-Paranavaí); Membro do Comitê e Articulação Estadual de Educação do Campo no Paraná – e-mail: eliasbrandao.unespar@gmail.com; canutobrandao@hotmail.com

Compreender a Educação do Campo implica adentrar territórios do saber e direitos humanos para além do modelo educacional neoliberal ensinado no sistema educacional formal. A Educação do Campo é realidade no desenvolvimento da consciência social e política de educadores e educandos do campo, acadêmicos, pesquisadores e comunidades, quando se dispõem aprender e compreender o modo de vida do homem do campo, agregando valores aos conhecimentos científicos, diferente da “educação rural” que é conhecida e estudada restritamente, mais ligada às práticas extensionistas da educação formal no atendimento aos habitantes dos territórios rurais.

O avanço na compreensão da educação a partir das práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas escolas dos acampamentos provocou o Estado a olhar para a educação nas áreas rurais com outro olhar e, o campo da Educação do Campo entrou em disputa por parte do Estado que tenta controlar o conteúdo desenvolvido, colocando em risco a possibilidade da manipulação da Educação do Campo enquanto estudo dos saberes e da realidade concreta dos povos do campo, sobretudo quando o Estado passa a planejar políticas educacionais para o campo a partir dos gabinetes, por meio de intelectuais inorgânicos, sem base e experiência com o campo.

Ao se discutir a disputa, disse Caldart (2007, s/p) que o “[...] conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes”.

A disputa se dá porque a Educação do Campo trabalha uma discussão com os pés no chão, análise da realidade concreta, do todo político, econômico, social, cultural e geográfico do homem do campo, como direito humano para além do conhecimento e reprodução das letras e números.

Os organismos estatais disputam e provocam o desvirtuamento do conceito, generalizando-o social e politicamente. De acordo com os interesses de quem governa, pode ocorrer de inclusive alterar o nome para “educação escolar do campo” ou “educação escolar do rural”. Mesmo que governos cooptem o conceito, a Educação do Campo acontece e acontecerá na prática dos movimentos sociais do campo.

Independente do campo de disputa conceitual, mas atento a ele, sinalizaremos neste artigo as diferenças entre os conceitos possibilitando a compreensão objetiva entre Educação do Campo e educação rural.

Adiantamos que Educação do Campo constitui-se de ações politizadoras, contribuindo com o desenvolvimento da consciência social e política. É praticada por movimentos sociais organizados do campo, mas continua defrontando-se com as políticas de Estado de educação

para o campo nos moldes das políticas neoliberais praticadas pelo sistema político capitalista em vigência no Brasil. Na contramão, encontra-se a “educação rural” que apresenta caráter manipulador e controlador da consciência sócio-política, visando a preparação de mão-de-obra para a indústria, o comércio, o agronegócio e o mercado sucroalcooleiro.

O controle é tão evidente que o Estado de direito continua pensado a implementação da Educação “para”² o campo e não “com” o, “no” ou “do”³ campo. A evidência dá-se, por exemplo, pela contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para “desenvolver” a formação dos educadores das áreas rurais. Na prática a confiabilidade da formação dos educadores em diferentes Estado do Brasil ao SENAR visa o controle da Educação e da formação de mão-de-obra de olho na globalização da produção de exportação, ofuscando, manipulando e controlando a formação e os formadores nas escolas rurais, assim como controlar as ações que formam e desenvolvem a consciência crítica, social e política da população do campo.

A respeito da educação com cara de rural praticada pelo SENAR, descreve Santos que

Permanece a serviço do agronegócio, do latifúndio, do agrotóxico, dos transgênicos e da exportação. Sua prioridade é o fortalecimento da mecanização e a inserção do controle químico das culturas, em detrimento das condições de vida do homem e da mulher no campo. (SANTOS apud MARTINS, 2012, p. 3-4).

Não muito diferente também agem as instituições particulares ao oferecerem cursos “*lacto sensu*” em “Educação do Campo”, aproveitando-se da atualidade do tema para ganharem dinheiro, proporcionando cursos relâmpagos, com professores despreparados social, político e culturalmente.

Oposto à concepção do Estado e do SENAR, o real objetivo da Educação do Campo é a formação do homem integral, estudando, questionando e analisando os objetivos do mercado, da agricultura, dos latifúndios e latifundiários, dos banqueiros, da globalização da economia e da produção, entre outros.

O descaso para com o campo e para com a educação dos povos do campo é histórico. Desde o início da invasão do Brasil, em 1500, até o fim dos anos de 1990, governos e educadores sempre se referiram à educação fora das cidades como educação rural ou escolarização rural, desprezando e não investindo na educação, formação e desenvolvimento do conhecimento dos povos do campo, considerando a educação para estes povos como

² De cima para baixo – imposição, manipulação, reprodução da educação de acordo com os interesses ideológicos de quem oferece.

³ “Do”, “no” e “com” o campo, significa junto com os trabalhadores, de maneira democrática, coletivamente e não verticalizado, de cima para baixo, imposto.

supérflua e sem importância política, econômica e cultural, intitulado o homem do campo como “jeca tatu”, “inferior”, sem voz e vez. Semelhantes tratamentos foram aplicados aos bóias-frias, meeiros, percenteiros, seringueiros, ilhéus, retirantes, prejudicando-os profundamente.

A evidência do descaso fica claro nas análises das constituições brasileiras desde o Brasil Colônia, onde a educação envolvendo o camponês como sujeito histórico jamais fez parte delas. Nem mesmo os constituintes de 1988, ao elaborarem a Constituição, olharam e respeitaram o homem do campo como sujeitos do desenvolvimento econômico e político. De acordo com Soares, sobre a Constituição,

[...] pode-se afirmar que proclama a educação como direito de todos e, dever do Estado, transformando-a em direito público subjetivo, independentemente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Deste modo, os princípios e preceitos constitucionais da educação abrangem todos os níveis e modalidades de ensino ministrados em qualquer parte do país. Assim sendo, apesar de não se referir direta e especificamente ao ensino rural no corpo da Carta, possibilitou às Constituições Estaduais e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - o tratamento da educação rural no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças. (SOARES, 2001, p. 10).

O entendimento negativo e preconceituoso sobre o homem do campo – somado à climatologia e ao êxodo rural –, resultou no fechamento de milhares de escolas nas áreas rurais em todo Brasil na segunda metade do século XX e no desaparecimento de pequenas agriculturas. Onde havia diversificação de produção, hoje há concentração da terra voltada para o agronegócio, especulação financeira ou produção para exportação.

A Educação do Campo no cenário nacional

Por mais que se diga, defenda ou generalize que a Educação do Campo surgiu dos movimentos sociais do campo, evidenciamos que surgiu dos trabalhos educativos nos acampamentos do MST, iniciada antes ainda do fim do governo militar, a partir das primeiras movimentações no campo, em 1979, após as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul e com as lutas dos agricultores do Oeste e Sudoeste do Paraná, conseqüências das desapropriações de terra pelo governo federal militar para a construção da barragem da Usina Hidroelétrica de Itaipu, entre Brasil e Paraguai.

A Educação do Campo é decorrência das práticas educativas desenvolvidas nas escolas itinerantes nos acampamentos do Movimento Sem Terra, realizada em barracos de

lonas, nas sombras das árvores e sapés. Tais escolas foram efeitos de mobilizações internas do Movimento e foram conquistas sociais e políticas do direito à educação inicialmente negada pelos poderes públicos – municípios, estados e federação – ao direito da educação às crianças, jovens e adultos acampados e assentados. De acordo com Caldart,

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse à sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade. (CALDART, 2007, p. 2-3).

Os educadores trabalharam a formação educacional, utilizando diferentes subsídios a partir das experiências de vida e da história do Movimento. As práticas alternativas levaram à criação do Setor de Educação do MST, em 1987, sendo “responsável pela articulação e coordenação nacional tanto das lutas como das formulações político-pedagógicas, que aos poucos vão constituindo uma proposta de educação para as áreas de reforma agrária [...]” (CALDART e KOLLING, 1997, p. 224).

Os materiais didáticos e paradidáticos contribuíram com os educadores do campo em todo Brasil, subsidiando discussões em diferentes áreas do conhecimento no Movimento. O objetivo do Setor, desde seu início, respondeu às necessidades dos educandos e educadores acampados e assentados residentes no campo e marginalizados pelo Estado. Mitsue destaca que,

A escola para as crianças e a alfabetização dos jovens e adultos foi uma preocupação desde as primeiras ocupações. Pais e professores formaram comissões para reivindicar e organizar escolas nos acampamentos e assentamentos. Em 1986, já havia diversas experiências educacionais isoladas nos estados. (2001, p. 206).

Em 1997, dez anos após a criação do Setor de Educação do Movimento e ano da realização do I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), “o

trabalho de educação do MST” envolvia várias “frentes de atuação: escolas de 1º grau (1ª à 4ª e 5ª à 8ª séries), Educação de Jovens e Adultos (prioritariamente alfabetização), Educação Infantil (0 a 6 anos) e Formação de Educadoras e Educadores para atuação nestas frentes” espalhadas “nos assentamentos e acampamentos dos 23 estados onde o MST já tem alguma forma de atuação, com a intensidade e a qualidade correspondentes ao próprio nível de organização do Movimento em cada um deles” (CALDART e KOLLING, 1997, p. 224).

A educação nas escolas itinerantes e, portanto, a Educação do Campo no campo, se desenvolveu acompanhando o movimento físico e geopolítico a partir do Movimento que, apesar da ausência de estruturas e infraestruturas, foram práticas históricas e preocupação constante desde o primeiro encontro nacional, em 1984, em Cascavel-PR, que resultaria na oficialização do Movimento no Congresso Nacional, em 1985, na cidade de Curitiba-PR, orientando os trabalhos educativos, políticos, sociais e organizativos do MST.

Desta forma, as necessidades educacionais nos acampamentos levaram o Movimento – por meio das escolas itinerantes – a desenvolver uma pedagogia debatedora dos problemas concretos do homem do campo: fome, despejo, perseguição, ameaças, medo, prisão, justiça, injustiça, polícia, milícia, ocupação, acampamento, entre outros termos e adjetivos. De acordo com Grein e Gehrke,

A Escola itinerante, nos seus grandes objetivos, foi criada para atender as crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de itinerância, enquanto estão acampados lutando pela desapropriação das terras improdutivas e implantação do assentamento. É uma Escola que, na sua essência, não está voltada somente para as crianças, mas para toda a população acampada, jovens, idosos e adultos, pois os acampamentos são formados por famílias que não só foram excluídas da terra, mas também foram excluídas do processo produtivo e de todos os seus direitos, inclusive o de estudar. É uma escola voltada para a formação do ser humano, homem e mulher, que vive neste acampamento, que não só vive ali, mas faz deste o espaço da sua LUTA e ESPERANÇA para melhorar de vida, dar um futuro melhor para os seus filhos. (2008, p. 88).

De concreto, as práticas das escolas itinerantes dos anos 1980 contribuíram para uma educação crítica das crianças sem terra (os “sem terrinha”) e com a criação do termo Educação do Campo nos finais dos anos 1990, estando em plena atualidade neste início de século XXI.

As teorias até então defendidas e divulgadas de que o homem do campo é atrasado, jeca-tatu, bruto e improdutivo, passa aos poucos a serem desconstruídas pelos próprios trabalhadores e movimentos sociais organizados no campo. Mesmo assim, o homem do campo continua não sendo visto e respeitado como sujeito e protagonista da história e da

organização social e política do país. Um exemplo do desrespeito é o tratamento diferenciado que os pequenos agricultores e assentados recebem do Estado em momentos de créditos bancários quando comparados aos tratamentos oferecidos aos latifundiários e empresários do agronegócio. Aos pequenos a hipoteca do campo. Aos latifundiários e empresários, o perdão de dívidas.

A Educação do Campo é assim, construída na base das lutas sociais do campo, em movimento, fruto da experiência e vivência de quem está no campo, mas que hoje é possibilidade em todas as partes do Brasil.

A Educação do Campo é uma discussão atualizada, não bancária, nem domesticadora, nem manipuladora e dominadora e, sim, uma educação problematizadora, que dialoga e questiona. Como dizia Freire,

[...] o educador problematizador re-faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscibilidade dos educandos. Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico [...]. (1981, p. 80).

A “Educação do Campo”, no olhar e prática problematizadora, somente se torna conhecido e discutido enquanto tal após a realização do I ENERA, em 1997, pelo MST e, no ano seguinte, no “I Congresso Nacional Por uma Educação do Campo”⁴, em 1998, em Luiziana-GO, eventos organizados pelo MST em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O I ENERA e o 1º Congresso Nacional contribuíram para que educadores e pesquisadores repensassem criticamente suas teorias, práticas e produções científicas sobre a limitação da educação rural, avaliando que Educação do Campo é politicamente abrangente, respondendo às necessidades de atendimento ao direito a educação para todos os povos, pois vai além da reprodução de conhecimentos e informações.

Até 1997, por exemplo, as pesquisas, artigos, livros, monografias, dissertações e teses voltavam-se à educação rural; escolas rurais; professores leigos; observações de escolas rurais; educação e trabalho no meio rural; educação das populações rurais; educação agrária; comparações entre escolas rurais e urbanas; escolaridade e atividades artesanais rurais; escolas e escolarização na zona rural; mundo da escola rural; problemas do ensino rural;

⁴ A participação deste autor no I Congresso Nacional, em 1998, contribuiu para melhor compreender o quanto as políticas governamentais são seletivas e intencionais beneficiando grupos econômicos, em prejuízo dos povos do campo.

problemas das escolas primárias rurais, repetências ou reprovações nas escolas rurais, disciplina e indisciplina nas escolas rurais, entre outros. Este tipo de análise e estudo ainda continua na academia e fora dela.

O salto qualitativo com o estudo da realidade do campo, ultrapassando a reprodução de informações tem contribuído com a discussão de qual educação e escola os povos do campo querem. Uma educação que aliena ou educação que forma cidadão consciente e independente? Questionamentos desta envergadura, para além dos interesses do capital, possibilitam que novas leituras e práticas sejam realizadas nos acampamentos e assentamentos, com leituras reais da história, da geografia, do clima seco ou chuvoso, dos desmoronamentos, da geada, incêndios naturais ou intencionais, da produção, da comercialização, dos conflitos sociais no campo e nas cidades, da concentração e monopólio da terra, dos confrontos com a polícia e com os políticos, dos despejos e ocupações de terras, do desaparecimento de pequenas propriedades e concentração da terra, do êxodo rural, da falta de incentivo agrícola e agrário, resultando em novos olhares sobre os métodos desenvolvidos no ensino e sobre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas. Segundo Kolling, Nery e Molina,

A educação do campo, a partir de práticas e estudos científicos, deve aprofundar uma pedagogia que respeite a cultura e a identidade dos povos do campo; tempos, ciclos da natureza, mística da terra, valorização do trabalho, festas populares, etc. (1999, pp. 93-94).

A Educação do Campo ultrapassa conteúdos programáticos e a reprodução de conhecimentos. Quando compreendida e praticada no viés da práxis social, desenvolve a consciência dos camponeses e intelectuais e transforma educadores, educandos e pesquisadores em sujeitos da história da Educação do Campo.

A Educação do Campo é assim o estudo, discussão e análise democrática e crítica da realidade, do conhecimento e dos conteúdos educacionais, respeitando os alunos e suas histórias de vida e família, ciclos de produção, geografia da região, comercialização e situações sociais, políticas, econômicas e culturais. Estuda, discute e questiona as políticas neoliberais contidas nos materiais didáticos, assim como a organização, os movimentos, os conflitos e as necessidades sociais, políticas e econômicas do campo.

Na Educação do Campo trabalha-se pedagogicamente com o diálogo, a análise da conjuntura e estrutura. Utiliza-se da maiêutica de Sócrates e da dialética de Marx, de reuniões e assembléias, do sim e do não.

A metodologia da Educação do Campo – comparando-se com a metodologia da educação rural – é democrática e participativa. É resultado de práticas exercidas pelo povo, sem interferência de governos – e que assim continue. E este é o cuidado que se precisa ter: o controle e manipulação do Estado.

Nas escolas de assentamento e acampamentos, a Educação do Campo contribui para o desenvolvimento da consciência dos participantes (educandos, educadores, lideranças sociais e pesquisadores), pois o contato com a realidade conscientiza e, a conscientização possibilita o enxergar além dos horizontes sócio-políticos ou acadêmicos, aperfeiçoando o discurso, o ver, o ouvir e o agir. A educação, quando de fato do campo, contribui para o desenvolvimento da consciência social, filosófica, crítica, política, econômica e cultural. Como dizia Freire,

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessante em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização. (2001, p. 28).

Assim, o campo apresenta-se à sociedade como espaço para o desenvolvimento do conhecimento e da consciência, espaço de convivência, moradia, cultura, produtividade e comercialização, apesar de seus protagonistas serem desrespeitados e manipulados social, político e economicamente por políticas públicas elaboradas de cima para baixo, dentro de gabinetes, direcionadas para interesses neoliberais e do mercado globalizado.

Por fim, ao contrário da Educação do Campo, a educação rural utiliza o método pedagógico de repetição e reprodução do conhecimento a partir de materiais pré-elaborados em gabinetes e direcionados para preparação de mão-de-obra para o mercado.

A educação rural é elitista, reproduzindo a educação urbana e o conhecimento tradicionalmente aplicado sobre alunos nas pequenas cidades, vilarejos, vilas, patrimônios e áreas consideradas geograficamente rurais.

Neste viés de compreensão, Miguel Arroyo critica a metodologia utilizada na educação rural, ao dizer que

As conseqüências dessa inspiração no paradigma urbano são marcantes na secundarização do campo e na falta de políticas para o campo em todas as áreas públicas, saúde e educação de maneira particular. O campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade. Conseqüentemente, os profissionais urbanos, médicos, enfermeiras, professores estenderão seus serviços ao campo. Serviços adaptados, precarizados, no posto médico ou na escolinha pobre, com recursos pobres; profissionais urbanos levando seus serviços ao campo, sobretudo nos anos iniciais, sem vínculos culturais com o campo, sem permanência e residência junto aos povos do campo. (ARROYO, 2007, s/p).

A educação rural precisa assim ser repensada e replanejada pedagogicamente, pois a reprodução de conteúdos fora da realidade social destes povos prejudica a formação dos educandos, empobrece a inteligência e a consciência, prejudicando-os como seres humanos e cidadãos de direito.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores(as) do campo.**

Campinas: 2007. Cad. CEDES vol.27 n.º 72, may/aug. – Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622007000200004>.

Acesso em: 13 mar. 2012.

BRASIL, Constituição do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Brasília/DF: Presidência da República – Casa Civil, s/d. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 mar.

2010.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre educação do campo.** III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia/GO, de 2 a 5 de outubro de 2007 –

Disponível em: <http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/ii_03.pdf>.

Acesso em: 13 mar. 2012.

CALDART, Roseli Salete e KOLLING, Edgar Jorge. O MST e a Educação. In: **A reforma agrária e a luta do MST.** João Pedro Stédile (org.). Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 10 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Política e educação:** ensaios. 6 ed., São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões de Nossa Época.

GREIN, Maria Izabel e GEHRKE, Marcos. Escola itinerante no desafio da luta pela reforma agrária. In: **Itinerante: a escola dos sem terra** – trajetórias e significados. Setor de Educação (MST-PR) e Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR) – Departamento da Diversidade – Coordenação da Educação do Campo. Curitiba: MST-PR; SEED-PR, 2008.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Irmão e MOLINA, Mônica Castanha. **Por uma educação básica do campo (Memória).** Brasília/DF: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

MITSUE, Morissawa. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MARTINS, F. J. **Educação do Campo**: processo de ocupação social e escolar. Congresso Intern. Pedagogia Social, mar. 2009 – Disponível em:
<<http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>>.
Acesso em: 13 mar. 2012.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. **Histórico da educação do campo no Brasil** – Apresentado no Eixo temático: Educação do Campo, Trabalho e Movimentos Sociais. Disponível em:
<<http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>>.
Acesso em: 13 mar. 2012.

SOARES, Edla de Araújo Lira. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer n.º 36/2001. Edla de Araújo Lira Soares (Relatora). Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2001.